



EDITORIAL
**SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE:
TRABALHO PROFISSIONAL, PAUTAS E COMPROMISSOS**

Noêmia de Fátima Silva Lopes¹
Diego Tabosa da Silva²

A profissão do Serviço Social na cena contemporânea é desafiada por um contexto de imensuráveis desigualdades. Os complexos dessa totalidade exigem trabalho profissional qualificado, criativo, propositivo e particularmente crítico, capaz de construir mediações no enfrentamento das expressões da “questão social” (Iamamoto, 2009; Netto, 2011). As pautas que compõem a agenda das bandeiras de lutas do Serviço Social são fruto da compreensão das determinações que emergem neste cotidiano da vida profissional.

Na elaboração e organização deste número da revista *Serviço Social em Perspectiva* partimos da concepção de que a “reprodução das relações sociais na sociedade capitalista na teoria social crítica é entendida como reprodução desta sociedade em seu movimento e em suas contradições” (Iamamoto, 2009, p. 23). Mediante as adversidades impostas e tensões provocadas nesta cena, encontram-se as resistências e o inconformismo da classe trabalhadora, expressados pelos movimentos sociais, sindicatos e categorias profissionais. O que é determinante nas organizações coletivas é a compreensão das lutas que nos une: a luta de classe na contradição entre capital e

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Caratinga/MG - FIC. Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa/MG - UFV. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Departamento de Política e Ciências Sociais). Pesquisadora/membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social - GEPSS/UNIMONTES. Compõe grupo de Pesquisadores/as do Projeto Serviço Social no Norte de Minas: trajetória histórica e cenário atual. Editora Adjunta da Revista *Serviço Social em Perspectiva*. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4319-109X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/659566811001555>. E-mail noemiaunimontes@gmail.com

² Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Departamento de Política e Ciências Sociais). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social - GEPSS/UNIMONTES. Compõe grupo de Pesquisadores/as do Projeto Serviço Social no Norte de Minas: trajetória histórica e cenário atual. Editor-chefe da Revista *Serviço Social em Perspectiva*. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8589-109X>. E-mail: diego.silva@unimontes.br

trabalho e a luta constante pela ruptura com um sistema excludente, violento e opressor, o que nos conduz é a luta anticapitalista, antirracista, anticapacitista, antilgbtqiapn+fóbica e feminista. Por este motivo, o reconhecimento e a importância das lutas coletivas alinhadas a um projeto maior é categórico, pois, a concepção de projeto de sociedade pode fortalecer ou não a nossa luta.

Por isso, o Serviço Social, assume o compromisso coletivo de lutar e defender os interesses da classe trabalhadora, pois se reconhece enquanto parte dela. Para Iamamoto (2009), historicamente foram as lutas sociais de trabalhadores(as) que sempre tensionaram as relações sociais entre capital e trabalho e, sobretudo, quanto à "questão social", "exigindo a interferência do Estado no reconhecimento e na legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais, mediações fundamentais para o trabalho do assistente social" (Iamamoto, 2009, p. 27).

Contudo, a partir da análise da lei geral da acumulação capitalista de Marx (2017) apresentada em *O capital* as contradições socioeconômicas, a superexploração do trabalho, a proteção e hipervalorização da propriedade privada e a reificação das relações sociais passam a ser evidenciadas e problematizadas no âmbito da teoria crítica (Netto, 2011). A dinâmica do enriquecimento da classe burguesa, a ampliação do empobrecimento e da miséria da classe trabalhadora, expõe as raízes da "questão social" (Lara; Maranhão, 2019; Santos, 2012), da mesma maneira que revela os desafios e limites das lutas de uma classe que é explorada até à exaustão física e mental. Em condições desumanas, esta mesma classe é criminalizada em virtude dos bens que não possui ou não consome, pela cor da pele, pelo gênero, por suas crenças, pelas características socioeconômicas e culturais, como a sua origem, o nível de conhecimento formal, onde mora, onde trabalha.

Logo, o cotidiano (por natureza) e suas relações sociais tornam-se campo de alienação (Netto; Carvalho, 2012), adoecimento e desesperança para quem trabalha. Em vista disso, o *ethos* capitalista e sua cultura ideológica são reproduzidos pela mesma classe que é vítima do sistema opressor hegemônico. Se a alienação é inerente ao projeto do capital, conseqüentemente, ela atravessa todas as relações sociais, conduzindo e transformando a classe trabalhadora em "classe em si" (Montaño; Duriguetto, 2011), sujeitando-se de forma vulnerável aos interesses da acumulação capitalista. Na medida em que a classe trabalhadora não tem acesso às condições mínimas necessárias à sua sobrevivência, ela é cooptada a se render ao "canto da sereia", tornando-se cada vez mais dependente e subserviente ao modelo econômico imposto.

Enquanto o Estado permanece sustentando os privilégios e interesses do setor privado, as políticas sociais públicas (um mal necessário no modelo vigente) se mostram cada vez mais fragmentadas e pontuais, não conseguindo garantir na mesma proporção o direito de acesso da classe trabalhadora aos serviços ofertados por elas (Netto, 2011), pela previdência, saúde, educação, assistência Social, segurança, direito de acesso à cidade, à arte, a cultura, meio ambiente sustentável, saneamento, dentre outras, as quais fazem parte das instituições públicas do país.

Tendo em vista que os espaços sócio-ocupacionais das políticas sociais são, atualmente, o ambiente onde é desenvolvido o trabalho de Assistentes Sociais, por meio de planos, programas e projetos sociais, é fundamental compreender os elementos de construção desta análise, a partir do materialismo histórico-dialético. Vale ressaltar que, "tenhamos consciência ou não, somos subsidiadas e subsidiados por explicações, fundamentos que orientam nossa interpretação sobre a vida, sobre a sociedade, sobre a profissão etc., por uma visão de mundo, por projetos de sociedade" (Guerra, 2023, p. 46).

A apresentação e reflexões que compõem a nossa análise inicial estão sustentadas em uma concepção crítica do trabalho profissional, em que pautas e "bandeiras de luta" se evidenciam em nossas relações sociais coletivas. Diante dessa estrutura social, política, econômica e ideocultural verticalizada, o compromisso com a luta da classe trabalhadora é uma exigência para o exercício de um trabalho profissional comprometido com a construção e defesa do projeto ético político do Serviço Social.

Desde o movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo no Brasil, ainda na década de 1960, o Serviço Social se consolida na década de 1980 e se reafirma em 1990. A defesa dos princípios éticos fundamentais que ancoram o projeto ético político do Serviço Social é a direção que orienta a nossa concepção de profissão, de trabalho, as pautas defendidas, e, principalmente, o compromisso ético político profissional com toda a classe trabalhadora, rumo à superação de uma estrutura econômica que oprime e dizima a classe que possui apenas a força de trabalho para sobreviver.

Sob esse pensamento e concepção, o volume 8, número 1, da revista *Serviço Social em Perspectiva*, apresenta o título "Serviço Social na contemporaneidade: trabalho profissional, pautas e compromissos". Trata-se de uma edição que inaugura o ano de 2024 com grande expectativa de que a produção científica de pesquisadoras e pesquisadores deste periódico lance luzes sobre a construção de novas ideias e ações em defesa do projeto ético-político profissional crítico. Os textos desta edição estão organizados e distribuídos em seção temática, seção livre

e relato de experiência. Em suma, apresentamos às nossas leitoras e leitores quinze textos, sendo oito artigos temáticos, cinco artigos livres e dois relatos de experiência, os quais estão organizados na sequência que segue.

A seção temática apresenta como o seu primeiro artigo "O Serviço Social Brasileiro na Previdência Social: resgate de sua trajetória e dilemas profissionais", de autoria de Denise Alves da Costa da Universidade Federal de Viçosa e Juliano Zancanelo Rezende da Universidade Federal de Juiz de Fora. O trabalho busca evidenciar a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro na Previdência Social, com ênfase na realidade contemporânea, enquanto uma realidade permeada pelas ofensivas do capital, representado pelo Estado, como espaço de trabalho e luta dos (as) assistentes sociais.

Em seguida, apresenta-se o artigo intitulado "O Serviço Social na gestão da atenção primária à saúde no município de Niterói, no Rio de Janeiro", da autora Aline Amorim Chaves, assistente social pesquisadora da Universidade Federal Fluminense - UFF. O texto tem o objetivo discutir como o profissional de Serviço Social pode contribuir na Gestão da Atenção Primária à Saúde - APS a partir da experiência no município de Niterói/RJ. Aponta o papel do Serviço Social no campo da Gestão da APS e destaca a relação entre o Serviço Social e a APS a partir da relevância da profissão na Gestão da mesma no município de Niterói/RJ.

O estudo com o título "O Serviço Social na abordagem dos cuidados paliativos: uma reflexão sobre a atuação profissional", das autoras Ana Carolina de Freitas Campos, Assistente Social e Mestre em Promoção de saúde e prevenção da violência pela UFMG e Laura Nogueira Campos, da área de Saúde do Idoso da Residência Multiprofissional Odilon Behrens de Belo Horizonte - MG, aparece na sequência. O artigo apresenta um estudo sobre o trabalho do(a) assistente social dentro de uma equipe de cuidados paliativos. Ressalta a importância do trabalho do assistente social, assim como um estudo reflexivo sobre as intervenções e competências do profissional nos cuidados paliativos.

O artigo que segue, "A política de assistência estudantil da UNB: construção e desafios na garantia do direito à educação superior pública e gratuita", de autoria de Eloisa Pereira Barroso, Luana Chaves, Sânzia Barroso, Simone Fonseca e Raquel Ribeiro, pesquisadoras e trabalhadoras da Universidade de Brasília - UNB, discute a política de assistência estudantil - PAES, com ênfase na experiência da Universidade de Brasília - UnB enquanto estratégia fundamental na garantia do acesso, permanência e diplomação no ensino superior público e gratuito. Reafirma que a PAES se estrutura e tende a consolidar-se num cenário de lutas permanentes, onde os atores envolvidos

constroem e reconstroem estratégias na perspectiva de fortalecer os direitos já conquistados e ampliá-los cada vez mais face à demanda crescente.

A proposta do artigo "As contribuições da concepção de racismo estrutural para pensar um Serviço Social antirracista", do autor Joelcio Jackson Lima Silva, Assistente Social pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, possui como objetivo expor a concepção de racismo estrutural e demonstrar quais as contribuições que esta tem para dar suporte a uma *práxis* coerente com a construção do que vem se afirmando de forma hegemônica como o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Apresenta algumas provocações para pensarmos um Serviço Social antirracista em diálogo com os Princípios Fundamentais reafirmados no aniversário de 30 anos do atual Código de Ética Profissional.

O artigo "Código de Ética Profissional da/o Assistente Social: ausências, apagamentos e invisibilizações da questão racial negra nas suas formulações e atualizações", do autor Adeildo Vila Nova, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, busca identificar a ausência da discussão da questão racial nas atualizações do Código de Ética Profissional da/o Assistente Social em detrimento de outras atualizações realizadas. Apresenta reflexões sobre esta ausência, destacando como este Código lidou com a questão racial em sua formulação, apontando elementos de análise a fim de buscar entender o contexto histórico e político que levou sua formulação a desconsiderar a dimensão racial na sua elaboração.

A autora Silvia Silva Martins Pinheiro apresenta o seu artigo com o título "O Código de Ética de 1993 e o Projeto Ético-Político do Serviço Social: desafios e resistências na conjuntura neoliberal". Com o propósito de identificar os desafios enfrentados pelo serviço social nos últimos 30 anos e analisar as principais estratégias e formas de resistências da categoria na conjuntura neoliberal, desenvolve-se a pesquisa. Procura compreender de que forma o Código de Ética de 1993 e o Projeto Ético-político do Serviço Social vêm constituindo como importantes mecanismos na orientação da prática profissional, em especial numa conjuntura marcada pela forte supressão dos direitos sociais e precarização do trabalho.

Encerramos a seção temática com o artigo "A eticidade na contraposição ao capital e sua manifestação no Serviço Social", da autora pesquisadora Tatiana Félix da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. O texto enfoca a peculiaridade da eticidade no interior das contradições que plasmam a sociedade forjada na acumulação de mais-valor e na intensificação da exploração da força de trabalho assalariada. O debate tem como ponto de inflexão a consideração marxiana

dos limites da eticidade no modo de produção capitalista, mediante a crítica endereçada à filosofia hegeliana e ao sistema do capital.

Abrimos a seção livre com o artigo "Gênero, raça e suas interseccionalidades na academia: o que está sendo produzido sobre a mulher negra?", de autoria de Tales Gandi Veloso de Andrade, Virgínia Marinely Almeida e Pessoa, Viviane Santos Miranda e Romilda Sérgia de Oliveira, pesquisadoras(as) do Núcleo de Estudos Espaço Feminino (NEFE) da Universidade Estadual de Montes Claros - MG. O artigo analisa a produção científica *stricto sensu* sobre a mulher negra no Brasil, especialmente a relação interseccional que permeia a existência dessas agentes: seu enfrentamento às questões de gênero, raça e classe. Busca identificar como a temática é abordada nas instituições de ensino superior e as características associadas à sua produção: quais aspectos estão sendo discutidos acerca das mulheres negras, onde está sendo feita essa discussão e de que maneira.

O próximo artigo, com o título "Fundo público e orçamento público: fundamentos da economia política para uma distinção crítica", é do autor Yan Carlos Nogueira da Universidade Federal de Mato Grosso. O artigo trata das diferenças teóricas entre o fundo público e o orçamento público. Explora a contribuição de Francisco de Oliveira sobre o tema, priorizando o diálogo com a Economia Política Marxista. A pesquisa enfatiza o caráter indiscartável do estudo do fundo público, com destaque para a particularidade nacional, em conexão ao desvendamento da política social e da gestão que lhe acompanha.

Na sequência desta seção, o artigo "Marxismo, determinação social da saúde e o processo saúde-doença dos/as usuários/as: do modelo biomédico ao biopsicossial em busca da interprofissionalidade", da autora Anny Karollyne Costa Silva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, deixa sua contribuição. O estudo apresenta reflexões sobre a saúde, seus determinantes e sua determinação, visando a descobrir as potencialidades de sua apropriação pelos profissionais da saúde. Ressalta que o conceito ampliado de saúde é um elemento primordial para que se desdobre a prática interprofissional entre as diversas áreas que formam as equipes de saúde no SUS e almejam ofertar uma assistência à saúde integral.

O autor João Pedro Marques Curty Lage, da Universidade Federal do Paraná, proporciona a leitura do artigo "A luta pelos sentidos: a 'negligência familiar' e sua produção discursiva em processos de suspensão do poder familiar". O autor realiza uma análise dos discursos da categoria "negligência familiar" enunciados pelo Conselho Tutelar e pelo Ministério Público em cinco processos de suspensão de poder familiar no ano de 2020 em uma Vara de Infância na região Sul do Brasil.

O estudo evidencia que os discursos da “negligência familiar” mascaram processos de individualização, criminalização e privatização das famílias sob o signo da negligência, reproduzindo estereótipos de cuidado, organização, afetuosidade e higiene, ampliando os artifícios de violência institucional e simbólica das famílias nos processos de medida de proteção à criança e ao adolescente.

Encerramos a seção de temas livres com o artigo “Espacialização geográfica das relações sociais ligadas a educação e das profissionalizações de adolescentes e jovens no sistema socioeducativo brasileiro”, de autoria de Vanderson Viana Rodrigues da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais do Campo - GEPQAM/UEMA/CNPQ. O estudo versa sobre a educação e profissionalizações de adolescentes e jovens em cumprimento de medida no sistema socioeducativo brasileiro. A partir das referências apropriadas teoricamente, apresenta a tese de que o sistema socioeducativo é, simultaneamente, lugar da alteridade e expressão da coexistência dos tempos históricos dos adolescentes e jovens que ali estão.

Na seção Relatos de Experiências, apresentamos dois trabalhos. O primeiro é “Leituras territoriais para ação da vigilância socioassistencial em territórios interioranos: relato de experiência de curso de capacitação no norte de Minas Gerais”, de autoria de Alessandra de Sant’Anna da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Patrícia Zandonade da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA; Maria Zanin da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar; e Danilo Malta Ferreira do Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF. O relato discute o processo de apropriação da vigilância socioassistencial por municípios pequenos do norte de Minas Gerais, a partir de uma ação de extensão universitária desenvolvida durante o segundo semestre de 2022.

Finalizamos esta seção com o relato sobre “A experiência da extensão universitária enquanto potência de formação humana de mulheres trabalhadoras da universidade de vassoura, Campus Maricá”, das autoras Camila Rodrigues Estrela e Fernanda Borges da Fundação Severino Sombra - Universidade de Vassouras. O trabalho expõe a ação de extensão realizada pela Universidade de Vassouras, do campus de Maricá, por meio do Centro de Atendimento em Serviço Social (CASS), em seu Núcleo de Atividade Extensionista (NAE) Mulher, voltado principalmente para o atendimento a mulheres negras e indígenas. A ação possibilita um debate crítico quanto à construção social do processo formativo de torna-se mulher, diante do contexto alienante, misógino e machista da sociedade capitalista.

Diante do exposto e com este relato, concluímos a apresentação dos trabalhos desta edição, entregues cuidadosamente para apreciação de vocês, nossas leitoras e leitores. Estão diante de uma construção coletiva, que, a muitas mãos, chega até você. Com sensação de dever cumprido, a equipe editorial da revista *Serviço Social em Perspectiva* em seu v. 8 n.1, (2024), inaugura o ano publicando os resultados de pesquisas de diversas instituições brasileiras.

Destacamos e demonstramos aqui toda nossa admiração e respeito ao trabalho desenvolvidos pelo comprometido corpo de parecerista de nosso periódico, que nos auxilia com a revisão e avaliação por pares (na modalidade duplo-cego) e na elaboração dos pareceres que subsidiam as decisões editoriais para composição dos números de nossa Revista.

Todo trabalho e cuidado nos processos editoriais (da submissão à publicação) além de qualificar o periódico, potencializa o alcance de nossa "jovem" revista. Chegamos a instituições privadas, profissionais que produzem coletiva ou individualmente, organizações não governamentais, mas destacamos que a grande maioria dos trabalhos recebidos é de pesquisadores/as de instituições públicas, resultado de estudos desenvolvidos em seus projetos, cursos, programas de pós-graduação, núcleos e grupos de estudos e pesquisas.

Em especial, nesta edição, contamos com a contribuição de produções científicas oriundas de nove estados, de diferentes regiões do país: no Nordeste: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal de Alagoas (UFAL); no Centro-Oeste: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade de Brasília (UNB); na região Sudeste: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Estadual de Montes Claros- MG (UNIMONTES), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Fundação Educacional Severino Sombra - Universidade de Vassouras, Maricá-RJ, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); e na região Sul do país: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) localizada em Foz do Iguaçu-PR.

Por fim, contando com as análises e críticas, que, por sua natureza, sempre emergem no campo científico e são constitutivas do processo de produção do conhecimento, estamos cientes de que este conhecimento crítico é dinâmico, cumulativo, processual e dialético. Ele se apropria de conceitos e categorias teóricas que dão forma à uma compreensão mais profunda e totalizante das relações sociais e suas construções e contradições.

É neste sentido, de deixar-se desconstruir e reconstruir, cientes dos compromissos assumidos e compartilhados, que encerramos agradecendo ao Conselho e a Comissão Editoriais, aos estudantes que contribuem conosco, aos pareceristas e trabalhadores (as) que permitiram que finalizássemos este número, às autoras e autores e a você, leitor e leitora, que nos motivam a seguir construindo este importante canal de comunicação e difusão do conhecimento.

A todos/as/es vocês, o nosso muito obrigada, desejamos uma excelente e atenta leitura e uma apreciação reflexiva, capaz de construir e se comprometer com novas ideias e projetos.

[...] "O conhecimento é assim:
ri de si mesmo e de suas certezas.
É meta da forma, metamorfose,
movimento, fluir do tempo,
que tanto cria como arrasa
a nos mostrar que para o voo
é preciso tanto o casulo como a asa" (Mauro Iasi, 2012).

Universidade Estadual de Montes Claros, verão de 2024.

REFERÊNCIAS

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 10 dez. 2023.

GUERRA, Yolanda. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. Capítulo 2. In: HORTS, Cláudio H. M.; ANACLETO, Talita Freire M.; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. (org.). **A dimensão técnica-operativa no trabalho de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte: CRESS, 2023. p. 43-57.

IASI, Luís. Mauro. **Poema Aula de Voo**. 2012. Disponível em: <https://saberliterario.blogspot.com/2012/11/aula-de-voo-mauro-iasi.html>. Acesso em: 19 dez. 2023.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na Cena Contemporânea. In: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília, 2009. p. 15-50.

LARA, Ricardo; MARANHÃO, César. Fundamentos do trabalho, "questão social" e Serviço Social. In: SOUZA, Edvânia A. de; OLIVEIRA E SIVA, Maria Liduína de (org.). **Trabalho, questão Social e Serviço Social: a autofagia do capital**. São Paulo. Cortez. 2019. p. 37-60.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital**. 2. ed. S. Paulo: Boitempo, 2017.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 6).